

Forças Armadas só agirão a pedido de um dos Poderes

BRASÍLIA — As Forças Armadas terão o seu papel de garantir, apenas mediante solicitação do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, a lei e a ordem, além da defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais. Essas atribuições foram confirmadas ontem com a rejeição das emendas supressivas ao artigo 148 do projeto de Constituição, que foi um dos pontos mais polêmicos desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Em sessão matutina, a Assembléia iniciou a votação do Título V do projeto constitucional, sobre a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, além de apreciar cinco destaques que haviam sido adiados nas votações anteriores. Dos dispositivos do Título V, a Assembléia confirmou o texto aprovado em primeiro turno, à exceção de cinco emendas resistentes de acordo entre lideranças.

No parágrafo primeiro do artigo 149, os constituintes explicitaram que poderão ser eximidos de atividades de "caráter essencialmente militar" e cumprir serviços alternativos os alistados no serviço militar obrigatório que aleguem, em tempo de

paz, imperativo de consciência, "entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e convicção filosófica ou política". Este último trecho não constava do texto aprovado em primeiro turno.

A nova Constituição submete à aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional a decretação, por parte do Presidente da República, dos estados de defesa e de sítio. Nos períodos de recesso do Legislativo, o Congresso será convocado extraordinariamente e permanecerá reunido enquanto permanecer a situação de excessão.

O estado de defesa poderá ser decretado em casos de ameaça institucional e calamidades naturais de grandes proporções. Ele implica a suspensão dos direitos de reunião, sigilo de correspondência e comunicação telegráfica e telefônica.

O estado de sítio poderá ser decretado se comprovada a ineficácia do estado de defesa para os fins a que foi decretado ou como resposta a grave repercussão nacional, além do caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.



Ulysses tenta abafar o barulho do plenário para fazer-se ouvir ao microfone

Presidente elogia o papel dos militares na abertura política

BRASÍLIA — Em seu habitual programa radiofônico das sextas-feiras, "Conversa ao Pé do Rádio", o Presidente José Sarney lembrou, ontem, sua participação, na véspera, na solenidade do Dia do Soldado, falou da organização da proposta orçamentária, elogiou a atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e concluiu com uma consideração otimista sobre a situação do País: "Os indicadores econômicos continuam a balizar um caminho amplo de recuperação".

Depois de elogiar a atuação do Ministro Leônidas Pires Gonçalves à frente do Exército, o Presidente destacou: "A homenagem que posso prestar ao soldado brasileiro é afirmar, como testemunha, a sua contribuição decisiva para a abertura política, com a sua conduta impecável de lealdade, disciplina e cumprimento do dever".

Sarney considerou como tarefa das mais importantes já atribuídas a seu Governo a de organizar a nova proposta orçamentária, "com responsabilidades maiores para Estados e Municípios, enquanto a União se obriga a maximizar seus serviços e a descentralização administrativa".

Acentuou o Presidente que a nova formulação orçamentária, em cumprimento à Constituição que está prestes a ser promulgada, "importa também na convocação da iniciativa privada, para assumir um papel mais relevante nas tarefas novas que lhe são asseguradas".

E advertiu: "A hora não é para soluções demagógicas, que são sempre palavras fáceis para problemas difíceis, mas é a hora da construção de um País que sai do regime autoritário para a democracia, que necessita crescer e não dispõe de recursos, que tem todas as carências e não dispõe de meios para atendê-las".

Depois de se referir à LBA como a "maior agência de desenvolvimento social do País", o Presidente enalteceu o trabalho desenvolvido por aqueles que têm ajudado a entidade através do voluntariado, aos quais entregara, na véspera, no Palácio do Planalto, a Medalha do Mérito Legiãoário da LBA.

Sarney concluiu o programa manifestando a confiança em que seu Governo chegará ao fim do ano com as metas atingidas.

Plenário restabelece a vitaliciedade no Tribunal de Contas

BRASÍLIA — A vitaliciedade dos membros do Tribunal de Contas da União (TCU) ficou assegurada ontem na Constituinte, com a aprovação de uma emenda do Senador Cid Saboia de Carvalho (PMDB-CE) por 291 votos, contra 95 e uma abstenção, suprimindo o dispositivo do segundo parágrafo do artigo 75 que estabelecia mandato de seis anos, não renováveis, para este cargo.

As lideranças dos partidos de esquerda protestaram alegando que o assunto havia sido decidido na última quarta-feira, com a rejeição de quatro emendas idênticas. O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, não se importou com os protestos e pôs a emenda em votação, justificando que era matéria nova.

O Deputado José Genoíno (PT-SP) acusou Ulysses de ter manobrado em favor de emenda. Segundo ele, na reunião entre as lideranças antes do começo da sessão, não houve nenhum acordo para que a emenda de Cid Saboia de Carvalho fosse votada. Mesmo porque, na quarta-feira haviam sido votadas simultaneamente as emendas dos Deputados João Agripino (PMDB-PB), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Fernando Gasparian (PMDB-SP) e do Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), todas com o mesmo objetivo. Elas receberam 205 votos favoráveis e 132 contrários, com quatro abstenções. Como não atingiram 280 votos, foram consideradas rejeitadas.

O Líder do PSB, Deputado Ademir Andrade (PSB-PA), logo que foi anunciada a

Instâncias

FOI sábia a Constituinte ao preservar o Tribunal Superior do Trabalho como última instância para o julgamento de recursos trabalhistas.

SEM ISSO, haveria no País uma última instância por Estado — ou seja, 22 jurisprudências diferentes.

AS RELAÇÕES sindicais já são suficientemente complexas para dispensarem esse fator de confusão.

votação do destaque, pediu uma questão de ordem para alegar que a matéria era vencida. O Deputado Paes Landin (PFL-PI) pediu a palavra para contra-argumentar, mas nem isto Ulysses permitiu, colocando a matéria em votação. Não satisfeito, Ademir Andrade disse que em outra oportunidade iria provar que a questão já tinha sido resolvida.

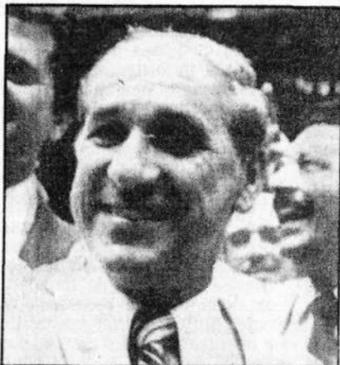
Em outra matéria que havia sido adiada o plenário manteve o poder do Tribunal Superior do Trabalho de decidir e adotar normas para solucionar dissídios trabalhistas com a decisão sendo aplicável a todos os membros da categoria. O dispositivo fora contestado pelo Deputado Gerson Peres (PFS-PA), que pediu sua supressão mas foi derrotado por 290 votos a 67 favoráveis.

Ministro aplaude 'coragem e independência' da Constituinte

Ao manter a vitaliciedade dos Ministros do Tribunal de Contas da União, a Assembléia Constituinte assegurou "decisões mais livres de pressões, corajosas e independentes", além de garantir uma prerrogativa consagrada nas Constituições brasileiras desde a instauração da República. A opinião é do Ministro do TCU Ademar Ghisi, que saudou a decisão como "uma das mais inteligentes da Constituinte".

Na votação em primeiro turno, a Assembléia havia estabelecido mandato de seis anos para os Ministros do Tribunal de Contas, sem direito a reeleição. Os Ministros do TCU se mobilizaram junto aos constituintes para modificar essa decisão. Entre outros argumentos, afirmavam que a perda da vitaliciedade transformava-os em "áulicos do Poder Executivo".

Alertaram também que o novo sistema poderia transformar o TCU numa "tribuna da oposição", pois em fim de mandato seriam levados à auto-promoção, pensando, por exemplo, em con-



Ademar Ghisi: um "fecho apropriado"

correr a algum cargo eletivo. — De nada adiantava ampliar os poderes de fiscalização do TCU, sem assegurar maior independência, autonomia e respeito aos seus integrantes. Agora, a Constituinte deu um fecho apropriado a tudo o que escreveu a respeito do Tribunal de Contas da União — afirmou Ghisi.